

**ESTUDO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO
DE ASSISTENTE TÉCNICO EM AGROECOLOGIA NOS ASSENTAMENTOS GLEBA XV,
SANTA ROSA E SANTA ZÉLIA NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP**

Elizabeth Lima Pereira; Marcelo Kiyoshi Maruyama; Flávio Aparecido Pontes

Discentes da Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente e Pesquisadores do NEAGRO –
Núcleo de Estudos Multidisciplinares e bolsistas do CNPq – Edital MCT/CNPq/MDA/SDT/SAF

Anderson Antonio da Silva¹; Haydée Siqueira Santos¹ e Ricardo Borsatto²

Docentes da Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente¹ e Itapetininga² - Equipe Gestora
do Edital MCT/CNPq/MDA/SDT/SAF

neagro@fatecpp.edu.br

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas das ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas entre os meses de janeiro a abril de 2011, que estão previstas no cronograma de execução do **PROJETO – ALIMENTANDO SABERES: DA ROÇA PARA ESCOLA, POR UM FUTURO SUSTENTÁVEL**, proposta aprovada no Edital 058/2010 do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA), por intermédio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq), no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e proposto pela FATEC de Itapetininga em parceria com a FATEC de Presidente Prudente.

No texto que se segue, apresentamos resultados preliminares sobre as atividades de formação, que estão sendo realizadas junto às famílias assentadas, e técnicos da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), da região do Pontal do Paranapanema, envolvidos com os cursos de qualificação Técnica de Nível Médio, de Técnico em Agroecologia, oferecidos pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), nas Escolas dos assentamentos Santa Rosa, localizado no município de Euclides da Cunha Paulista – SP, Gleba XV de Novembro no município de Rosana e Assentamento Santa Zélia em Teodoro Sampaio.

A escolha das escolas destes assentamentos para o desenvolvimento do projeto deu-se em função do funcionamento do curso regular de Nível Médio, de Técnico em Agroecologia, onde semanalmente são atendidos cerca de 70 jovens dos assentamentos citados e assentamentos vizinhos, que frequentam no período vespertino de segunda a sexta-feira estas escolas. A frequência destes jovens nas escolas, sem dúvida, tem sido um facilitador para o desenvolvimento das atividades do projeto com a comunidade do assentamento, uma vez que representam um importante elo de comunicação com as demais famílias que residem nos assentamentos.

Com a aprovação do Edital foi possível ampliar e redimensionar parte das ações que já vinham sendo desenvolvidas na unidade da FATEC de Presidente Prudente, desde o segundo semestre de 2009, na forma de cursos de extensão sobre temas como Agroecologia, Agricultura Orgânica, Legislação Ambiental, Associativismo e Cooperativismo, todos voltados a atender

agricultores assentados, pequenos produtores, técnicos de agências oficiais como ITESP e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outros.

A partir da aprovação do projeto estas atividades de ensino e extensão passaram a ser desenvolvidas nas escolas dos assentamentos, que além dos cursos citados, também passaram a oferecer um Curso de Agroindústria Artesanal.

Em abril iniciaram-se atividades do projeto, e a partir de então semanalmente, docentes e alunos da FATEC de Presidente Prudente, têm ministrado nas escolas dos assentamentos oficinas de Agroecologia, Legislação Ambiental, Agricultura Orgânica e Agroindústria Artesanal.

O curso técnico em agroecologia é uma parceria do Centro Paula Souza com o ITESP, que oferece apoio docente de técnicos do instituto para as aulas práticas. Alguns desses técnicos participaram anteriormente de cursos de capacitação oferecidos pela FATEC Presidente Prudente, com duração de um semestre no ano de 2010. Ao longo do desenvolvimento do projeto, está prevista a realização de seminários com objetivo de contribuir com a formação docente e discente.

O objetivo do curso técnico de agroecologia nas escolas dos assentamentos é oferecer uma nova alternativa produtiva para as famílias assentadas a partir do paradigma Agroecológico. Em média, a sede destas escolas situadas nos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio, dista 160 km do município de Presidente Prudente. As atividades desenvolvidas com os recursos do Edital visam fortalecer o conjunto dos trabalhos e experiências que já são desenvolvidas nestas escolas com os jovens de famílias assentadas.

Após, amplo processo de discussão, baseados em metodologias participativas, com representantes da comunidade, docentes que trabalham nas escolas do Centro Paula Souza e técnicos do ITESP, foram elencados desafios pelos quais a implantação do curso técnico em Agroecologia vem enfrentando, em relação à formação dos profissionais que estão atuando na docência, tendo em vista que os mesmos, embora sejam extremamente envolvidos, não foram formados a partir da perspectiva agroecológica.

Comumente os profissionais das ciências agrárias envolvidos na assistência técnica dos assentados estão calcados no paradigma do pacote tecnológico da Revolução Verde, tornando mais dificultosa a construção de processos de desenvolvimento destas unidades de produção a partir da perspectiva agroecológica. Esse diagnóstico foi construído coletivamente entre a coordenação do projeto, técnicos e docentes do curso.

Sendo assim, as ações em desenvolvimento além de contribuírem com a formação docente de maneira geral, visam minimizar estes problemas, contribuindo com os diferentes sujeitos que participam do processo de implantação dos cursos nas escolas dos assentamentos.

As ações em desenvolvimento se dividem em atividades teóricas e práticas. As ações teóricas são realizadas nas escolas dos assentamentos e as práticas nos lotes das famílias assentadas. Envolvem a discussão sobre desenvolvimento rural local sustentável, criação de

mercados curtos, metodologias de ATER, soberania alimentar, criação de hortas, sistemas agroflorestais, sistema de pastejo voisin, transição agroecológica entre outros.

As oficinas continuarão em desenvolvimento nos próximos 17 meses, visando a criação e transição de sistemas agroecológicos e acompanhamento dos sistemas já existentes. A médio e longo prazo, espera-se contribuir para inserção destas famílias no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE).

Com relação à participação das famílias assentadas no PNAE, encontra-se em desenvolvimento oficinas sobre agroindústria artesanal. Estas oficinas têm como objetivo estimular as famílias a processarem o leite que produzem, e com isso, agregar valor ao produto, gerando nova relação de comercialização, para além do tradicional canal que é mantido com os intermediários e laticínios.

Acreditamos que os conceitos e princípios preconizados pela agroecologia possam contribuir na luta pela real apropriação de terra pelas famílias assentadas, a partir de uma produção sustentável, uma comercialização justa e consequente sucesso da reforma agrária. O sistema produtivo proposto com bases agroecológicas possui importância social, econômica, ambiental, política e ética e, portanto é relevante no contexto da agricultura familiar e do fortalecimento do desenvolvimento local a partir, por exemplo, de feiras de produtores com a venda de alimentos saudáveis, tomando como referência a construção de mercados curtos, ou locais.

Há de se considerar que, a formação de profissionais a partir da perspectiva agroecológica torna-se importante, tanto para a geração de renda dos produtores, quanto para recuperação do passivo ambiental herdado pelas famílias assentadas. De acordo com o Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA) do ano de 2010 existem atualmente na região do Pontal do Paranapanema 112 assentamentos rurais e 6.248 famílias assentadas.

A região do Pontal necessita, portanto, de uma estratégia produtiva para os assentamentos e a agroecologia tem a proposta que, além de ser economicamente viável, é socialmente justa e ecologicamente sustentável, de forma que investir na formação destes profissionais para atuar nos assentamentos da região é uma questão de implantar um novo modelo de desenvolvimento.

Para Altieri (1989), a Agroecologia integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos e o entendimento e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e da sociedade como um todo. Assim, o equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos em sinergia transformam o sistema e fornecem uma produção sustentável.

Segundo Caporal e Costabeber (2002) a Agroecologia deve ser vista como paradigma científico, capaz de contribuir para análise multidimensional da sustentabilidade. Ao contrário da agricultura convencional, que dá ênfase apenas a dimensão econômica, a agroecologia deve ser permeada a partir das dimensões cultural, ética, ecológica, econômica, política e social.

De maneira geral essas dimensões necessitam ser trabalhadas, e a formação de profissionais empenhados na criação de ações a partir da perspectiva agroecológica é importante para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Acreditamos que a formação de profissionais técnicos com este perfil só é possível a partir da educação, que é o instrumento capaz de criar novos valores e olhares sobre a relação do homem com a natureza.

Neste sentido, as famílias assentadas, o Centro Paula Souza, ITESP, FATEC e o MDA/SAF/CNPq têm buscando a partir desta parceria, contribuir com esta formação, para que estes profissionais possam ver de forma sistêmica a terra, a produção e o homem nos assentamentos em estudo.

DA TEORIA

Nos últimos anos tornam-se constantes as referências a agroecologia, nos fazendo lembrar agriculturas menos agressivas ao ambiente e que promovam a inclusão social, e proporcionem condições melhores aos agricultores. Porém, mostra-se cada vez maior a confusão no uso do termo agroecologia, gerando várias interpretações conceituais. Caporal e Costabeber (2002) afirmam que, essas interpretações prejudicam o entendimento da agroecologia como ciência que estabelece bases para construção de estilos sustentáveis de agricultura e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, aonde, a agroecologia vem sendo confundida com um modelo de agricultura.

A agroecologia como ciência, é descrita por Caporal e Costabeber (2006) como capaz de agregar e articular conhecimentos de diferentes ciências, considerando saberes populares, lhe permitindo a compreensão, análise e crítica do modelo convencional de agricultura. Este enfoque científico tem como objetivo apoiar a transição do modelo atual do desenvolvimento das produções agropecuárias chamadas convencionais por modelos sustentáveis (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Ou seja, desenvolver uma agricultura de base ecológica nas unidades de produção.

A agroecologia busca mudar paradigmas e colocar em prática o modelo onde a sustentabilidade e a equidade se tornam relevantes. Levando em consideração todo o agroecossistema, sem desconsiderar os valores sociais, as atitudes e a representação de cada um dos envolvidos, procura ser integradora, rompendo com o isolacionismo das ciências gerado pelo paradigma cartesiano (CAPORAL e COSTABEBER, 2006). Partindo de uma visão holística do agroecossistema:

A Agroecologia integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, assim como o saber popular, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura industrial, como o desenho de novas estratégias para o desenvolvimento rural e de estilos de agriculturas sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar e holística (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p.6).

A transição agroecológica, é trazida como conceito central na Agroecologia, ocorrendo através do tempo, sendo um processo gradual e multilinear de mudança nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo com meta a passagem de modelo convencional de produção a estilos de agricultura com princípios e tecnologias de base ecológica (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Os autores citados ressaltam que a transição, além de implicar na maior racionalização econômico-produtiva é um processo social, implicando também na mudança de atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais.

Gliessman (2005) divide em três, os níveis fundamentais para a transição do modelo convencional para o agroecológico, sendo eles, racionalização, substituição e redesenho. Na racionalização busca-se o incremento nas práticas convencionais, como auxílio na redução de inputs externos que além de onerosos e escassos causam danos ao ambiente. No segundo nível há a substituição dos insumos e das práticas convencionais, que além do seu alto custo degradam o ambiente, devendo assim ocorrer a troca das técnicas praticadas por outras menos agressivas e que alterem minimamente o ambiente. O terceiro e mais complexo dos três níveis propõe o redesenho do agroecossistema, a partir de um conjunto de processos ecológicos, eliminando as causas dos problemas não resolvidos. Criando assim, dentro de preceitos ecológicos uma nova realidade para o sistema produtivo dos assentamentos.

Assim, quando falamos de Agroecologia, tratamos de orientações que vão além dos aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas. Caporal e Costabeber (2002) entendem que se deve ter em conta, pelo menos, seis dimensões relacionadas entre si, para a promoção da agropecuária e do desenvolvimento sustentável, sendo a dimensão ética, cultural, política, ecológica, econômica, e social. Os autores denominaram essas dimensões de as “Multidimensões da Sustentabilidade”¹ (Figura 1).



Figura 1. Multidimensões da Sustentabilidade.
Fonte: Caporal e Costabeber, 2002.

¹ A definição utilizada para sustentabilidade nestas colocações pode ser definida, como a capacidade de um agroecossistema manter-se socioambientalmente produtivo ao longo do tempo.

A partir desse ponto detalhamos as seis dimensões antes mencionadas, contextualizando cada uma para a realidade dos assentamentos rurais Santa Rosa, Gleba XV de Novembro e Santa Zélia.

Os três assentamentos citados estão em terras que desde o início da colonização desenvolvem pecuária extensiva e contaram também com o cultivo de café e algodão, atividades que foram responsáveis pelo desmatamento e desgaste dos solos regionais, além de danos aos recursos hídricos. Assim, os lotes desses assentamentos compartilham uma realidade similar, onde, os solos estão empobrecidos e quase sempre, descobertos, processo motivado pelo desmatamento ocorrido.

Pelas características ambientais locais a dimensão ecológica necessita ser trabalhada intensamente, uma vez que, visa a manutenção e recuperação dos recursos naturais, contribuindo na formação de agroecossistemas equilibrados, preocupando-se não apenas com a produção, mas com todos os seres vivos que interagem no agroecossistema. Este deve ser analisado, a partir de uma abordagem holística, preocupando-se com a melhoria constante, por parte dos agentes extensionistas e agricultores assentados.

Assim, os técnicos que atuam dentro do paradigma agroecológico, poderão contribuir com o desenvolvimento de atividades agropecuárias menos agressivas ao ambiente, bem como, incentivar no aumento da biodiversidade, como por exemplo, a consorciação das culturas que além de aumentar as relações interespecíficas, promove maior aproveitamento do solo e diversificação da produção e recuperação.

A segunda dimensão a ser abordada é a social, que se configura como uma das mais importantes para as famílias assentadas, porém, como descrito por Caporal e Costabeber (2002), apenas quando os produtos gerados nos agroecossistemas, em bases renováveis, forem usufruídos pelos diversos segmentos da sociedade e equitativamente apropriados, passarão a adquirir significado e relevância. Ou seja, quando a produção desses lotes fomentarem a geração de postos de trabalho e consequentemente auxiliarem no aumento da renda, além da melhoria na qualidade de vida e segurança alimentar das famílias assentadas, será consolidada sua importância.

Lembramos que a dimensão social visa além da produção de subsistência e do auto-abastecimento local e regional, acesso a serviços de saúde e educação, bem como melhoria constante na qualidade de vida das famílias envolvidas nos processos.

Porém, para que haja a consolidação dos processos de recuperação e manutenção dos agroecossistemas, e a disponibilização de produtos de qualidade biológica e saudáveis que alcance os diversos segmentos atuantes no mercado local e regional, além da promoção do desenvolvimento rural, é necessária uma abordagem diferenciada quanto à dimensão econômica. Essa dimensão, muitas vezes é vista isoladamente, como a base do desenvolvimento, uma vez que, é influenciadora dos direcionamentos adotados pelos agentes envolvidos, por haver a necessidade de renda para continuidade das atividades, mesmo que renda de subsistência.

No modelo agroecológico as questões econômicas devem ser estrategicamente abordadas, considerando não apenas os ganhos gerados no presente, mas levando em conta os custos ocultos, ou externalidades negativas, balanço energético negativo e a ameaça a reprodução social das gerações futuras. Ainda no aspecto econômico questões como a agregação de valor aos produtos desses lotes e a valorização do trabalho do agricultor assentado e suas famílias, devem ser consideradas, afim de que haja sustentabilidade no sistema.

É fundamental que os profissionais formados nas escolas técnicas dos assentamentos com visão agroecológica, considerem tais questões, pois, a partir delas poderão ser concebidos sistemas de comercialização socioeconomicamente justos, criando condições de viabilizar a transição agroecológica das unidades de produção e com isso a reprodução digna das famílias assentadas. Deve ser estimulada a criação de feiras livres, especificamente para produtos provenientes de sistemas de produção de base ecológica, sejam frutas, hortaliças, doces e artesanatos.

Na dimensão cultural, está bem evidente a necessidade de profissionais que conheçam o paradigma agroecológico, pois, ela ressalta a necessidade de respeitar e considerar os conhecimentos dos assentados e as características locais, buscando pelo desenvolvimento sustentável pautado pelas demandas locais e com participação ampla dos envolvidos, no processo de planejamento e construção das atividades. Ou seja, o processo deve ser concluído de forma a considerar os valores e heranças culturais dos agricultores.

A dimensão política, esta intimamente ligada aos processos participativos e democráticos. Diz respeito, aos métodos e estratégias participativas capazes de resgatar a auto-estima e pleno exercício da cidadania (CAPORAL e COSTABEBER, 2002). É dentro desse contexto que os técnicos dos assentamentos Santa Rosa, Gleba XV de Novembro e Santa Zélia necessitam estar preparados, pensando cada assentamento como uma comunidade, e que o desenvolvimento dessas comunidades depende considerar e entender suas peculiaridades pensando-se de maneira conjunta.

O técnico deve compreender a importância da organização social e das metodologias participativas dentro do assentamento, estimulando a autocrítica dos assentados, posicionando-se de forma a evidenciar a importância de sua contribuição, e o quanto eles serão decisivos dentro dos processos, a fim de resgatar a auto-estima, tornando-se capazes de realizar suas negociações em igualdade e poderem exercer sua cidadania. Rompe-se assim com os modelos praticados atualmente, onde os assentados são dependentes dos fornecedores de insumos e atravessadores, sendo esses os verdadeiros beneficiários das suas produções. Espera-se assim criar o empoderamento das comunidades através de bases agroecológica, como prevê o Edital 058/2010.

Na dimensão ética, apontada por Caporal e Costabeber (2002) na promoção do desenvolvimento sustentável, nos deparamos com uma dimensão que se apresenta numa elevada hierarquia, pois, partindo de sua consideração podemos afetar os objetivos e resultados

esperados das demais dimensões. A dimensão ética está diretamente relacionada com a solidariedade e com novas responsabilidades dos indivíduos em respeito à preservação do meio ambiente, em uma perspectiva inter e intrageracional.

Assim, talvez a mais importante contribuição que os técnicos formados pelo paradigma da agroecologia, possam trazer aos olhos dos assentados, através de metodologias participativas e oficinas, seja a troca de conhecimentos e experiências, que os desperte para a importância do ambiente em que vivemos, o direito a uma alimentação limpa e saudável, a boa qualidade de vida não apenas no presente, mas para as gerações futuras. Deve-se ressaltar que o desenvolvimento adequado de todas as dimensões está atrelado a capacidade de articulação e inter-relacionamento entre as mesmas.

Desta forma, para que haja um desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente correto e economicamente viável, existe a necessidade de formação de profissionais fundamentados em princípios agroecológicos, capazes de lidar com peculiaridades locais, respeitando os conhecimentos e saberes das famílias assentadas, bem como seus processos de luta pela terra.

Portanto, o curso de Formação de Técnicos em agroecologia oferecidos pela Parceria Centro Paula Souza, FATEC de Presidente Prudente, ITESP e MDA/SAF/CNPq nas escolas dos Assentamentos Santa Rosa em Euclides da Cunha Paulista, Gleba XV de Novembro em Rosana e Assentamento Santa Zélia no município de Teodoro Sampaio, realizadas através do Edital são uma colaboração efetiva na formação de novos profissionais com uma visão agroecológica de desenvolvimento nos assentamentos.

Os trabalhos realizados no âmbito do Edital visam tanto contribuir com o fortalecimento destes cursos, como produzir uma leitura crítica sobre o aprimoramento dos trabalhos para que tais escolas transformem-se em centros de referência na formação de técnicos em agroecologia na região do Pontal do Paranapanema.

BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 13, nº 16 – pp. 22-32 – jan-jun./2010.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA). Relatório de 2010. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, 2010.

CAPORAL F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável (texto provisório para discussão). Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002. (Série Programa de Formação Técnico-Social da EMATER/RS. Sustentabilidade e Cidadania, texto 5).

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-II CA, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A; PAULUS, F, G. Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília-DF, abril de 2006.

CHELOTTI, M, C. Agroecologia Em Assentamentos Rurais: Estratégia De Reprodução Camponesa Na Campanha Gaúcha (RS). AGRÁRIA, São Paulo, nº 7, pp. 94-118, 2007.

GLIESSMAN, S.R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GOMES, E; SILVEIRA, P, R, Cardoso. Agroecologia Nos Assentamentos De Reforma Agrária – O Caso Do Assentamento Alvorada-RS. Santa Maria-RS.

HESPAÑHOL, A. N. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil In: ALVES, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (Orgs.). Desenvolvimento territorial e agroecologia. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 81-94.

SEGATTI, S; HESPAÑHOL, A, N. Alternativas para a geração de renda em pequenas propriedades rurais. 4º ENGRUP, São Paulo, 2008. p, 615-631.